

# DIÁRIO OFICIAL



PARTE I  
PODER EXECUTIVO

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XLVIII - Nº 234  
SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022

www.ioerj.com.br



GOVERNADOR  
**Cláudio Bomfim de Castro e Silva**

## ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
*Nicola Moreira Miccione*

SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR  
*Rodrigo Ratkus Abel*

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
*Rodrigo da Silva Bacellar*

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
*Nelson Rocha*

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
*Leonardo Lobo Pires*

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
*Cássio da Conceição Coelho (Interino)*

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
*Rogerio Lopes Brandi*

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
*Cel. PM Luiz Henrique Marinho Pires*

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL  
*Fernanda Antônio Paes de Andrade Albuquerque*

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
*Maria Rosa Lo Duca Nebel*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL  
*Cel. BM Leandro Sampaio Monteiro*

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
*Alexandre Otavio Chieppe*

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
*Alexandre Valle Cardoso*

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
*João de Melo Carrilho*

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

*Andre Luiz Nahass*

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

*Jose Ricardo Ferreira de Brito*

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

*Alex Sandra Pedrosa Grillo*

## SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

*Danielle Christian Ribeiro Barros*

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

*Julio Cesar Saraiva*

## SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

*Alessandro Pitombeira Carraeña*

## SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

*Sávio Luis Ferreira Neves Filho*

## SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

*Uruan Cintra de Andrade*

## CONTROLDORIA GERAL DO ESTADO

*Jurandir Lemos Filho*

## GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Edu Guimarães de Souza*

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA

*Patrique Welber Atela de Faria*

## SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

*Antonio Ferreira Pedregal Filho*

## SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA

*Tatiana Ribeiro Queiroz de Oliveira*

## SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA

*Luanna Santos Carri*

## SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

*Rogério Martins Pires Amorin*

## SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E JUVENTUDE

*Gelby Luis Justo Lima*

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

*José Mauro de Farias Junior*

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

*Bruno Dubeux*

GOVERNO DO ESTADO

www.rj.gov.br

## SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo .....	1
Gabinete do Governador .....	2
Governador do Estado .....	...
Gabinete do Vice-Governador .....	...
Vice-Governador do Estado .....	...

## ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil .....	2
Gabinete do Governador .....	...
Governo .....	...
Planejamento e Gestão .....	...
Fazenda .....	3
Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais .....	5
Infraestrutura e Obras .....	11
Polícia Militar .....	11
Polícia Civil .....	13
Administração Penitenciária .....	15
Defesa Civil .....	17
Saúde .....	18
Educação .....	20
Ciência, Tecnologia e Inovação .....	22
Transportes .....	...
Ambiente e Sustentabilidade .....	24
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento .....	...
Cultura e Economia Criativa .....	24
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos .....	24
Esporte e Lazer .....	25
Turismo .....	...
Cidades .....	25
Controldoria Geral do Estado .....	25
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro .....	...
Trabalho e Renda .....	26
Envelhecimento Saudável .....	...
Assistência à Vítima .....	26
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília .....	...
Defesa do Consumidor .....	27
Ação Comunitária e Juventude .....	...
Transformação Digital .....	...
Procuradoria Geral do Estado .....	27

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO .....

REPARTIÇÕES FEDERAIS .....

## MEIO DE MENSAGENS NA TELEVISÃO, EM MEIO ÀS PROGRAMAÇÕES TELEVISIVAS HABITUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímo apreço.

**CLÁUDIO CASTRO**  
Governador

Excelentíssimo Senhor  
Deputado André Cecílio  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

## RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1703/2016, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO MARCOS MULLER, QUE: PROÍBE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE AS EMPRESAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA ENVIEM COBRANÇAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE AVISO AOS ASSINANTES POR MEIO DE MENSAGENS NA TELEVISÃO, EM MEIO AS PROGRAMAÇÕES TELEVISIVAS HABITUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Sem embargo da elogiável inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, fui levado à contingência de vetar integralmente o presente Projeto de Lei, que pretende proibir que as empresas de televisão por assinatura enviem cobranças ou aviso aos assinantes via mensagens na televisão, em meio às programações televisivas

A iniciativa extrapola os limites da competência legislativa privativa, estabelecida no artigo 22, IV da Carta Magna, na medida em que cabe a União dispor sobre telecomunicações. No caso em tela, resta evidente que a proposta se enquadra na moldura do dispositivo constitucional antes citado, eis se trata de um serviço definido por lei como de telecomunicação, em aspectos técnicos específicos de suas transmissões, não existindo razão para o exercício de tal competência por parte do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, é forçoso concluir que a iniciativa acaba por infringir a repartição constitucional de atribuições legislativas conferidas a cada um dos entes federados.

Por tudo isso, não me restou outra opção a não ser a de aprovar o presente voto total, que ora encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

**CLÁUDIO CASTRO**  
Governador

Id: 2446661

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N° 48.276 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

## ESTABELECE DESCONTO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES (IPVA) NA HIPÓTESE EM QUE MENCIONA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 145, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 11 da Lei nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997 e o constante do processo nº SEI-040042/004459/2022,

Muito embora nobre a preocupação insculpida na iniciativa parlamentar, não me foi possível sancioná-la.

Tenciona, a presente proposta, conferir isenção e anistiar imóveis de programas sociais financiados pela Cehab-RJ, quanto à Taxa de Incidência - Corpo de Bombeiros, Taxa Judicial - Tribunal de Justiça e Multa CECA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Entretanto, ainda que louvável, ao ser analisada pela Procuradoria Geral do Estado, a matéria esbarrou em aspectos quanto à sua constitucionalidade, que não permitem sua sanção, conforme se expõe a seguir.

Destacou-se, inicialmente, que a redação do projeto possui imprecisões técnicas importantes. É que, a rigor, o beneficiário das isenções pretendidas é a pessoa física ou jurídica que figura na relação jurídica como devedora, e não o imóvel que ela ocupa. No caso das multas ambientais, essa imprecisão tem efeitos um pouco mais sérios, já que, somente com algum esforço hermenêutico, poder-se-ia interpretar a norma como fazendo referência a condutas praticadas pelo adquirente do bem e que tenham relação com o imóvel - isso no entanto seria uma extração excessiva (e portanto indevida) da literalidade do texto, capaz de gerar grave insegurança jurídica.

Mas, mais importante do que isso, ao prever a isenção "genérica" do pagamento de multas ambientais aplicadas pela CECA "aos imóveis" financiados pela Cehab, o projeto interdita parcialmente o poder-dever de fiscalização ambiental do Estado, prejudicando o exercício de sua competência constitucional para a proteção do meio ambiente (art. 23, inciso VI, da CRFB), além de violar o mandado constitucional de responsabilização dos infratores pelos danos causados ao meio ambiente (art. 225, § 3º, da CRFB).

Desta forma, não me restou outra escolha senão apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Parlamentar.

**CLÁUDIO CASTRO**  
Governador

Id: 2446660

OFÍCIO GG/PL N° 426  
RIO DE JANEIRO, 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento em 25 de novembro de 2022, do Ofício nº 507 -M, de 24 de novembro de 2022, Projeto de Lei nº 1703 de 2016 de autoria do Deputado Marcos Muller que, "PROÍBE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE AS EMPRESAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA ENVIEM COBRANÇAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE AVISO AOS ASSINANTES POR MEIO DE MENSAGENS NA TELEVISÃO, EM MEIO AS PROGRAMAÇÕES TELEVISIVAS HABITUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".